

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.888 - SP (2019/0300342-6)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**RODOLFO MARQUES DA SILVA - SP242870**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : LUIZ ALEXANDRE BARBOSA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUIZ ALEXANDRE BARBOSA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no Agravo de Execução Penal n.º 7007386-44.2018.8.26.0482.

Consta dos autos que o ora Paciente cumpre pena de 40 (quarenta) anos, 1 (um) mês e 24 (vinte e quatro) dias de reclusão, pela prática de crime de homicídio, tráfico de drogas e porte de ilegal de arma de fogo, com término previsto para 12/02/2046.

O Juízo das Execuções indeferiu o requerimento de progressão do regime fechado ao regime semiaberto do Apenado, ante a ausência do requisito subjetivo (fl. 38).

A Defensoria Pública agravou da decisão, tendo o Tribunal de Justiça de São Paulo dado parcial provimento ao recurso, para determinar a submissão do Paciente a exame criminológico, visando aferir o preenchimento do requisito subjetivo (fls. 39-42).

Submetido ao referido exame, o relatório conjunto das avaliações apresentou resultado favorável à progressão. Entretanto, novamente o pedido foi indeferido pelo Magistrado de primeiro grau (fl. 43).

Mais uma vez a Defensoria Pública agravou.

Desta feita, o Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso, nos termos de acórdão assim ementado (fl. 46):

**"AGRAVO EM EXECUÇÃO - PROGRESSÃO DE REGIME - INDEFERIDA NA ORIGEM POR AUSÊNCIA DE REQUISITO SUBJETIVO, ALÉM DE SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA PELA PRÁTICA DE CRIME DE HOMICÍDIO - MANTIDO - RECURSO DESPROVIDO."**

Daí o presente *habeas corpus* substitutivo de recurso, no qual a Impetrante

# Superior Tribunal de Justiça

afirma "*que, in casu, a motivação denegatória contida no bojo do r. decisório atacado se limita à gravidade abstrata do delito praticado, mostrando-se, permissa máxima venia, de toda inidônea*" (fl. 6).

Aduz que o Apenado já descontou quase metade da sua pena em regime fechado, ostenta boa conduta carcerária e, além disso, o exame criminológico apresentou parecer favorável à progressão, o que reforça a viabilidade de concessão da benesse.

Busca, assim, em liminar e no mérito, seja concedida a progressão do regime semiaberto ao Paciente.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

Em juízo de cognição sumária, não se constata a presença de todos os pressupostos necessários ao deferimento do pedido liminar.

Como é cediço, o benefício da progressão de regime somente será concedido ao apenado que preencher, cumulativamente, os requisitos objetivo e subjetivo, a teor do disposto no art. 112 da Lei de Execução Penal.

No caso, constata-se, *prima facie*, que o Juízo das Execuções Penais indeferiu a progressão ao regime semiaberto sob o fundamento idôneo de que o Apenado não preenche o requisito subjetivo, pois "*histórico prisional desfavorável, com registro de faltas disciplinares de natureza grave*" (fl. 43).

Ademais, a conclusão do laudo criminológico não vincula o Julgador, que deverá formar sua convicção com base em todos os elementos dos autos da execução.

Nesse sentido, cito o seguinte precedente:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL. ART. 112 DA LEP. REQUISITO SUBJETIVO. ELEMENTOS CONCRETOS DA EXECUÇÃO DA PENA. FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE. NÃO VINCULAÇÃO AO EXAME CRIMINOLÓGICO FAVORÁVEL. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

1. *Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.*

2. *O art. 112 da Lei de Execução Penal dispõe que, para a concessão da progressão de regime, é necessário o preenchimento dos*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*requisitos de natureza objetiva (lapso temporal) e subjetiva (bom comportamento carcerário).*

*3. Na hipótese, o indeferimento da progressão de regime foi adequadamente fundamentado pelas instâncias ordinárias, com base no cometimento de falta disciplinar durante o cumprimento da pena e no fato de que, mesmo contrariando o parecer favorável apresentado pelo exame criminológico, o Juízo da execução entendeu pela presença de fatores que desautorizam a concessão do benefício, ao fundamento de que 'ainda persiste dúvida razoável quanto ao controle que possui sobre seus impulsos e sobre seu senso de responsabilidade, configurando obstáculo à pronta reintegração social'.*

*4. A jurisprudência desta Corte Superior é assente no sentido de que não há constrangimento ilegal no indeferimento do pedido de progressão, quando devidamente fundamentada, com base nas peculiaridades do caso, a ausência do elemento subjetivo.*

*5. Este Corte possui entendimento de que o Magistrado não está adstrito ao laudo favorável do exame criminológico, o qual poderá formar sua própria convicção acerca do pedido de progressão, com base nos dados concretos da execução da pena.*

*6. Agravo regimental não provido." (AgRg no HC 419.539/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 16/02/2018).*

Assim, a espécie em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente exame perfunctório e singular.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo das Execuções Penais e ao Tribunal de origem.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora